

Documento:555630

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0012995-73.2018.8.27.2722/TO

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: LUCAS LIMA OLIVEIRA (RÉU)
ADVOGADO: JOMAR PINHO DE RIBAMAR (OAB TO004432)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: FRANCINEI TEXEIRA DOS SANTOS (RÉU)
ADVOGADO: ESTELAMARIS POSTAL

VOTO

Encontram-se presentes os requisitos de admissibilidade do recurso criminal interposto, razão pela qual o conheço.
Como relatado, Lucas Lima Oliveira interpôs Apelação Criminal contra a sentença (ev. 185, autos originários), proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi/TO, na ação penal nº 0012995-73.2018.8.27.2722, que o condenou à pena de 02 (dois) anos e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, em regime inicial aberto, pela prática do delito capitulado no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.
Em suas razões (ev. 28), o apelante requer a reforma da sentença, a fim de ser absolvido, ao argumento de ausência de provas suficientes para sua condenação, razão pela qual pleiteia a aplicação do princípio do in dubio

pro reo.

O apelado apresentou contrarrazões (ev. 31), pugnando pelo não provimento da insurgência.”

A Procuradoria de Justiça, por sua vez, manifesta pelo improvimento total do recurso.

Os autos retornaram para análise de mérito, é o que passo a fazer.

Considerando o efeito devolutivo em sua extensão e profundidade, assim como os argumentos das partes e o acervo probatório constituído nos autos originários, este recurso não comporta provimento. Explico.

O Ministério Público estadual ofereceu denúncia (evento 01, origem) contra o recorrente, Lucas Lima Oliveira nos seguintes termos:

“(...). Consta dos autos de inquérito policial acima identificados que, nos dias 06/08/2018, 17/08/2018 e 08/09/2018, no período noturno, no Departamento Municipal de Trânsito de Gurupi, situado na rua 07, cruzamento com rua 07-F, Setor Trevo Oeste, nesta cidade, o primeiro denunciado (Lucas), com rompimento de obstáculo, e em concurso de pessoas com três indivíduos não identificados, subtraiu, para si, pelo menos 16 (dezesesseis) motocicletas, descritas no auto de exibição e apreensão (INQ1 do IP), tendo ocultado parte dos bens subtraídos na residência de Wesley Gomes Soares.

Consta ainda que, em meados do mês de agosto de 2018, após a ocorrência do furto, o segundo denunciado (Francinei) adquiriu, em proveito próprio, coisas que sabia serem produtos de crime, quais sejam, 1 (uma) motocicleta HONDA/ CBX 250 TWISTER, ano 2005/2005, de cor preta e 01 (uma) motocicleta YAMAHA CRYPTON, ano 1998/1998, de cor azul, sem placa, com chassi suprimido, tendo sido aludidos bens furtados do pátio do Departamento Municipal de Trânsito de Gurupi.

Apurou-se que, nas datas dos fatos, o primeiro denunciado (Lucas), acompanhado de dois comparsas não identificados, dirigiu-se ao Departamento Municipal de Trânsito de Gurupi, e, após destruir a parede dos fundos do galpão, adentrou ao local, de onde subtraiu ao menos 16 (dezesesseis) motocicletas. Posteriormente, Lucas e seus comparsas deslocaram-se até a residência de Wesley, onde ocultaram cinco das motocicletas subtraídas.

Cumprе destacar que, nas três noites em que praticou os furtos, o primeiro denunciado (Lucas) agiu com o mesmo modus operandi, de modo que os crimes subsequentes podem ser considerados continuidade do primeiro.

Ressalte-se que, por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada, apurou-se que, o primeiro denunciado (Lucas) combinou com Wesley, através do aplicativo Whatssap, de furtarem as motocicletas e escondê-las em um “esconderijo perfeito e difícil”.

Consta que, no decorrer das investigações, Allesiane Avelino Pereira, companheira de Wesley, declarou que em data que não se recorda, sendo por volta da meia-noite, presenciou a ocasião em que o primeiro denunciado (Lucas) acompanhado de dois indivíduos chegaram em sua residência, empurrando motocicletas.

Durante as diligências de investigações, policiais militares foram informados de que havia uma grande quantidade de motocicletas na residência de Wesley, sendo que ao diligenciarem ao local, encontraram 05 (cinco) das motocicletas furtadas no Departamento Municipal de trânsito, tendo sido denunciado pelo crime de receptação nos autos n.º 0010823-61.2018.827.2722.

Apurou-se que no dia 11 de outubro de 2018, o segundo denunciado (Francinei) se apresentou espontaneamente a delegacia, tendo exibido as

motocicletas supracitadas. Ao ser questionado, o denunciado confessou ter adquirido motocicleta HONDA/ CBX 250 TWISTER, de um indivíduo chamado Jeferson, pela quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo que entregou R\$ 500,00 (quinhentos reais) de entrada, sendo o restando parcelado em quatro vezes de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Quanto a motocicleta YAMAHA CRYPTON, alega que a adquiriu pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) de um borracheiro, cujo nome não soube informar. (...)."

Nesse contexto o apelante foi denunciado nas sanções previstas no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, c.c. art. 71, do Código Penal.

Recebida a inicial acusatória (evento 04, origem) e apresentada resposta à acusação (evento 20, origem), o juízo de origem ratificou o recebimento da denúncia (evento 25, origem), por entender que não havia hipótese de absolvição sumária. Audiência de instrução realizada em 13/03/2019 (evento 54) para a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação. No dia 22/04/2019 realizou-se a audiência do interrogatório do apelante. (evento 96).

O juízo de primeiro grau, após a apresentação das alegações finais por memoriais (eventos 163 e 181, respectivamente) prolatou sentença (evento 185, origem) condenando o acusado a pena de a pena de 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa substituindo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, nos termos do art. 44, do Código Penal.

Como narrado, o apelante busca nesse apelo sua absolvição por insuficiência de prova de autoria.

Dispõe o art. 155 do Código Penal:

Art. 155 – Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 4º – A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido:

I – com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; (...)

IV – mediante concurso de duas ou mais pessoas.

O furto consiste, conforme extrai do caput do citado artigo 155, na subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel sem o uso de violência ou grave ameaça contra a pessoa.

Passa-se, então, a análise da teses defensiva de absolvição por ausência de provas de autoria.

Argumenta a defesa que as provas utilizadas para fundamentar a condenação do Apelante são frágeis, e por tal motivo são insuficientes manter o édito condenatório do acusado, nos termos em que prescreve o artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.

Em que pese os bons argumentos expostos pela defesa técnica, entendo que, as provas sobretudo a prova testemunhal, colhida durante a instrução processual, comprovam a autoria imputada ao apelante. Peço vênias a magistrada sentenciante para transcrever os depoimentos prestados em juízo:

Cristina Abreu de Jesus Carvalho, funcionária da Diretoria Municipal de Trânsito: "Que na época dos fatos trabalhava na Diretoria Municipal de Trânsito; que as motocicletas que são apreendidas ficam em um pátio sob os cuidados do município, mais precisamente da Diretoria Municipal de Trânsito; que a depoente registrou o Boletim de Ocorrência apenas em relação aos fatos ocorridos no dia 17 de agosto; que no dia 17 de agosto foi quando deu falta das motocicletas; que foi feito levantamento e verificaram que foram vários veículos subtraídos, tendo sido devolvidos ainda no mesmo dia; que não sabe em poder de quem os veículos foram

apreendidos, tendo sido informada pelos policiais que eles estavam em uma chácara; que não sabe do envolvimento dos acusados no furto; que para ter acesso ao interior do pátio os autores arrombaram a parede de tijolos; que sabe que alguns guardas encontraram ferramentas usadas para quebrar parede, mas não sabe especificar de quais tipos."

Leon Denys de Barcelos diretor da Diretoria Municipal de Trânsito: "que não presenciou os fatos; que não se recorda se chegou a registrar algum Boletim de Ocorrência, acreditando que foi Cristina; que foram furtados em torno de trinta veículos, sendo recuperados cerca de doze automóveis; que não sabe em poder de quem estavam os veículos que foram recuperados; que o local onde os veículos ficam tem cerca elétrica, é fechado com paredes de sete a oito metros de altura, coberto e também tem câmeras de vigilância além de ser monitorado por dois guardas noturnos; que para ter acesso ao interior do local os autores arrombaram a parede do fundo do prédio; que primeiro cortavam a cerca, depois quebravam a parede e adentravam o prédio; que os guardas não chegaram a ver o momento da subtração, relatando ao depoente os fatos na manhã seguinte; que não sabe do envolvimento dos acusados nos fatos em apuração."

Andreilino Rocha de Araújo vigilante na Diretoria Municipal de Trânsito: "que estava trabalhando em uma das noites que ocorreram os furtos (06 e 07/08 e 08/09); que o depoente não notou nenhuma movimentação estranha ou barulho estranho, pois o sistema de monitoramento estava com defeito, inclusive o alarme; que não tinham aparato seguro para fazerem ronda a noite e aguardavam o dia clarear para conferir o local; que por volta das seis da manhã o depoente percebeu que o muro estava arrombado e registrou o Boletim de Ocorrência; que a única ferramenta de trabalho eram câmeras de péssimas qualidades e um sensor de alarme que não funcionava a contento; que as imagens eram ruins e não dava para identificar os autores; que na manhã seguinte à subtração o depoente percebeu que tinham duas motos do lado de fora do pátio e que foram subtraídas outras motocicletas; que o depoente não conhece nenhum dos acusados, nem sabe nada a respeito do envolvimento deles no crime; que não sabe dizer em poder de quem as motocicletas e o local onde as motocicletas foram apreendidas."

Frederico Batista de Sousa disse vigilante na Diretoria Municipal de Trânsito: "que o depoente estava trabalhando na noite de 05 para 06 de agosto, sendo a primeira vez que entraram no pátio; que ao amanhecer perceberam a subtração das motocicletas; que o computador não estava funcionando e somente depois outra funcionária puxou as imagens e viu a subtração; que a parede do prédio estava arrombada; que as motocicletas ficam dentro do prédio; que o depoente não sabe quantas motos foram levadas na noite em que estava trabalhando; que depois desse primeiro fato entraram outras seis vezes no prédio; que o alarme não funcionava; que o depoente ficou sabendo que uma das motocicletas estava com Francinei; que o depoente não conhecia nenhum dos acusados; que ficou sabendo que um acusado vendeu a moto pro outro, mas o depoente não sabe quem vendeu e quem comprou; que todas as vezes a parede foi arrombada para ser realizada a subtração; que o muro tem cerca, mas eles cortam o arame; que os vigilantes ficam no escritório do prédio."

Neuzimar Pires de Carvalho vigilante lotado na Diretoria Municipal de Trânsito: "que o depoente estava trabalhando em um dos dias em que ocorreram a subtração, estando de serviço na mesma data que Frederico; que o depoente não chegou a perceber nenhuma ação ou ouvir algum barulho; que o estabelecimento tinha alarme, mas na noite não funcionou; que não tinha

câmera de segurança; que o fato ocorrido durante o serviço do depoente foi o primeiro, sendo que depois foram colocadas câmeras de segurança; que as motocicletas ficam guardadas em um galpão fechado; que para ter acesso ao interior do galpão os indivíduos quebravam as paredes do fundo; que o depoente e Frederico só deram conta da subtração no dia seguinte; que o depoente não sabe dizer quantas motos foram subtraídas na primeira noite; que o depoente não sabe em poder de quem e onde estavam as motocicletas que foram recuperadas; que não conhece nenhum dos acusados; que não ouviu nada a respeito do envolvimento dos acusados nos fatos em apuração; que o galpão é cercado de arame, mas os indivíduos também cortavam a cerca para facilitar a entrada; que depois da primeira subtração entraram novamente no prédio, mas o depoente não sabe se foram as mesmas pessoas.”

Reinaldo Ramos de Melo, policial: “Que o depoente participou das investigações referentes ao caso e está lotado na delegacia de furtos e roubos; que por meio de Wesley se iniciou a investigação; que o tático chegou primeiro na casa de Wesley e apreendeu as motos que foram furtadas do depósito da prefeitura; que a investigação se desenvolveu a partir do celular de Wesley, onde foram encontradas muitas conversas dele com Lucas e com a irmã dele; que a partir daí descobriram da participação dos acusados; que a esposa de Wesley falou aos policiais que Lucas chegou até ele e falou das motos, sobre o furto das motos, pois ela tinha visto a conversa de Lucas com Wesley a respeito das motos furtadas; que a investigação chegou até Lucas por meio do celular do Wesley, que foi analisado; que não se recorda com detalhe das conversas entre Lucas e Wesley, mas sabe que eles trataram sobre o furto das motos; que eles combinaram como fazer para adentrar o pátio, onde esconder as motos no mato e a forma de levarem depois as motos até a casa de Wesley; que não se recorda se pelos diálogos extraídos do celular de Wesley dá para afirmar se os furtos ocorreram em dias diferentes; que por meio das conversas a Autoridade Policial representou pela prisão de Lucas; que o depoente participou do cumprimento do mandado de prisão de Lucas, não tendo sido encontrada nenhuma motocicleta em sua casa; que próximo a casa de Lucas, Francinei mostrou aos policiais duas motos que estavam em seu poder; que Francinei ficou sabendo que a polícia estava atrás dele e foi até a delegacia, onde apresentou a moto e explicou que tinha comprado por um preço e não sabia que ela era produto de crime; que a moto Twister, encontrada com Francinei, havia sido subtraída do depósito; que Francinei não apontou que tivesse recebido a moto de nenhum dos acusados; que depois os policiais viram a conversa da esposa de Francinei com Wesley a respeito da moto, onde ele manda a esposa de Francinei avisar ao marido para disfarçar a moto e não vacilar; que Francinei foi até a delegacia e entregou a moto antes da prisão de Lucas; que em nenhum momento Lucas admitiu o envolvimento no furto; que pelo diálogos colhidos há indícios de envolvimento de Lucas com a organização criminosa PCC, sendo um dos responsáveis por levar drogas e passar armas; que no celular de Lucas foram encontradas muitas mensagens sobre drogas e armas; que Francinei nunca falou nada sobre o envolvimento de Lucas com a subtração, por medo dele ser integrante de facção criminosa; que a prova em relação ao envolvimento de Lucas no furto é a que foi colhida por meio da análise do celular, sendo a menção que a mulher de Wesley fez e a conversa dos aparelhos celular deles; que uma das motocicletas encontradas com Francinei foi subtraída do pátio, sendo a Twister; que a outra motocicleta estava com o número de Chassi cortado e a placa não tinha nada a ver com o veículo.”

Rodrigo Amorim, policial: "Que o depoente é lotado na delegacia de furtos e roubos e participou das investigações deste caso; que primeiramente a polícia civil chegou até Wesley, que foi preso em flagrante pelo pessoal do tático; que a partir daí começaram as investigações e foi constatado o vínculo entre Wesley e Lucas, as conversas que eles mantinham via WhatsApp em que falavam sobre furto de motos no depósito da prefeitura; que Francinei estava ligado com a receptação de motos; que Wesley foi preso pela polícia militar e o depoente acredita que ele tenha sido preso também por receptação de motos; que na prisão de Wesley foi apreendido o celular dele, o qual foi analisado e verificado os diálogos entre ele e Lucas; que Wesley e Lucas falavam sobre esconderijo de motos e um fazia convite pro outro no sentido de furtar as motos do DMT; que a esposa de Wesley também comentou que Lucas tinha frequentado a casa deles anteriormente, fato que chamou a atenção dos policiais; que Francinei foi até a delegacia preocupado pois tinha ouvido que estavam atrás dele por conta de uma moto; que a moto por Francinei foi verificada e constata que se tratava de um dos veículos subtraídos do DMT; que posteriormente se descobriu que Francinei tinha outra moto, uma Crypton, que também apresentava irregularidade e foi apreendida; que Francinei disse que tinha comprado a moto Twister de um rapaz e tinha pagado um valor X; que em relação a moto Crypton Francinei disse que adquiriu de outro rapaz; que em nenhum momento Francinei declarou que adquiriu a moto Crypton de Lucas; que na residência de Lucas e Francinei não foi encontrada nenhuma moto; que várias motocicletas foi encontrada na casa de Wesley e nas imediações da casa dele e dos acusados Lucas e Francinei, pois eles moravam perto; que Lucas negou ter envolvimento com os furtos; que o celular de Lucas também foi apreendido, onde foram encontradas coisas ligadas à criminalidade; que as mensagens contidas no celular de Lucas indicam seu envolvimento com o PCC desta cidade; que na época Lucas foi questionado e negou envolvimento com o PCC; que as provas colhida em relação a Lucas no tocante aos furtos ocorridos no Departamento Municipal de Trânsito são as relacionadas as conversas de WhatsApp que ele mantinha com Wesley; que a esposa de Wesley também comentou que Wesley tinha frequentado a casa deles em outras ocasiões; que o depoente não acompanhou o depoimento da esposa de Wesley na delegacia; que a esposa de Wesley mencionou algum vínculo que ele tinha com Lucas, mas o depoente não se recorda com precisão do que ela falou; que o depoente não presenciou ter sido a esposa de Wesley advertida que poderia ser presa pela receptação por terem as motos sido apreendidas em sua casa; que o depoente não acompanhou o depoimento da esposa de Wesley na delegacia; que se recorda de Lucas e Wesley comentarem sobre ter um horário mais ou menos propício para que pudessem movimentar motos, combinarem esconderijos, que só a mulher de Wesley sabia; que pelos diálogos dá para entender que houve negociação entre Wesley e Lucas mais de uma vez, mas o depoente não sabe vincular as datas das conversas aos dias dos fatos; que os policiais receberam outras notícias de crimes ocorrido no pátio do departamento, sendo este um local onde recorrente ocorrem delitos; que duas motocicletas foram apreendidas com Francinei, sabendo o depoente que uma delas foi subtraída do pátio, e com Wesley quatro ou cinco; que das dezesseis motocicletas mencionadas na denúncia algumas não apareciam no sistema de furto e roubo, mas as vezes algumas vão sendo apreendidas; que não se recorda se nos diálogos entre Wesley e Lucas existe menção a quantidade de motos."

A testemunha Alessiane Avelina Pereira Viana, companheira de Wesley Gomes Soares, réu em outra ação penal pelo crime de receptação de algumas das

motocicletas subtraídas, ao prestar depoimento em juízo disse que não era verdadeiro o depoimento prestado perante a Autoridade Policial, alegando que estava nervosa e agiu sob pressão dos policiais que a levaram até a Delegacia.

Não obstante a tal afirmação, extrai-se do depoimento prestado na Delegacia de Polícia, que a depoente afirmou que viu o momento em que Lucas e outros dois indivíduos chegaram em sua casa empurrando motocicletas, no mesmo dia em que seu companheiro pediu que ela não passasse a noite em casa.

Vanusa Primo Soares, esposa do acusado Francinei, ouvida como testemunha de defesa, não trouxe nenhuma informação relevante para o processo.

Ressata-se que o apelante fez uso do seu direito constitucional de permanecer em silêncio perante a Autoridade Policial e durante a instrução processual.

Analisando o acervo probatório colhidos durante a instrução processual, aliado com as provas documentais colhidas durante longa e minuciosa investigação policial, resta suficientemente comprovada a autoria do apelando em relação aos fatos constantes da denúncia.

Nas provas documentais anexadas aos autos do Inquérito Policial (nº 00112099120188272722), mais precisamente da extração de dados dos aparelhos celulares, verifica-se intensas conversas do apelante com a pessoa do Wesley.

Do aparelho de Vanusa, esposa de Francinei, verifica-se conversas com o Wesley onde ela fala que teve um pesadelo com “eles” (Wesley e Lucas) ao que ele retruca dizendo “agora que nois quetou kkk” e pede para que ela torça por eles.

No dia 19/09/2018, Wesley fala a Vanusa que a moto Twister de Francinei, apelidada de “assombrosa”, precisa passar por uma mudança no visual, pois ela pertencia o “patiu”, ao que ela questiona como faz para proceder com esta mudança e fala “bora ver o que nois fas, pq isso ai da um amgu doido”. Na mesma oportunidade Vanusa pergunta para Wesley “em mais o cara sabe que foi vcs?” e ele responde que “da nada nao” em relação a mudança das características da moto e pede que Francinei entre em contato com ele.

Existem também registros de conversas extraída do aparelho de celular do Wesley como o Lucas onde eles combinam um local para esconder as motocicletas. Convém cita-se mais uma vez, um trecho do depoimento do policial Rodrigo Amorim: “que primeiramente a polícia civil chegou até Wesley, que foi preso em flagrante pelo pessoal do tático; que a partir daí começaram as investigações e foi constatado o vínculo entre Wesley e Lucas, as conversas que eles mantinham via WhatsApp em que falavam sobre furto de motos no depósito da prefeitura...”

Por outro lado, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal, o ônus da prova incumbe a quem fizer a alegação. É o encargo que as partes têm de provar os fatos que alegam.

De acordo com a doutrina tradicional cabe à acusação provar a existência do fato criminoso e de causas que implicam aumento de pena, a autoria e também a prova dos elementos subjetivos do crime (dolo ou culpa). Ao réu, por sua vez, cabe provar excludentes de ilicitude, de culpabilidade e circunstâncias que diminuam a pena.

Portanto, tinha o réu o ônus processual de prova a versão por ele apresentada. Não o fez.

Ademais, a versão apresentada pelo denunciado de não ser o autor do furto, encontra-se isolada nos autos, não tendo respaldo nos elementos de provas

e, assim, não é suficiente, por si só, para absolvê-lo do crime a ele imputado.

Nesse sentido tem decidido esse Tribunal:

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA. INOCORRÊNCIA. DEPOIMENTO SEGURO DO POLICIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1- O relato firme e coerente da vítima e testemunhas, mormente de agente policial que encontrou a res furtiva, assumem especial relevo em se tratando de crime de furto. 2- Não merece respaldo a negativa de autoria, quando totalmente alheia ao conjunto probatório dos autos. 3- Em reforçando as declarações colhidas na fase inquisitiva as provas colhidas em juízo, ofertando embasamento para a condenação e inexistindo quaisquer indícios que afastem a pretensão deduzida na inicial, deve a sentença guerreada ser mantida sem reparos. 4- Apelação conhecida e não provida. (Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) 0001080-49.2021.8.27.2713, Rel. JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, GAB. DO JUIZ CONVOCADO JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, julgado em 03/05/2022, DJe 13/05/2022 16:46:13).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES. AUTORIA E MATERIALIDADE. PROVAS ORAIS, DOCUMENTAIS E PERICIAIS PRODUZIDAS. APREENSÃO DO BEM NA POSSE DO RECORRENTE. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. NÃO É POSSÍVEL CONCEDER A ISENÇÃO DA PENA DE MULTA. SANÇÃO DE CARÁTER PENAL. PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As provas orais, documentais e periciais produzidas nos autos revelam ter o apelante, de forma voluntária e consciente, subtraído para si coisa alheia móvel, consistente em um aparelho celular, de propriedade da vítima, no momento que lhe deu uma carona. A materialidade do furto e sua autoria estão inequivocamente demonstradas nos autos, não só pela prova testemunhal produzida, mas sobretudo pela apreensão do bem na posse do recorrente. 2. Outrossim, a pena privativa de liberdade restou fixada no mínimo legal, da mesma forma que não é possível conceder a isenção da pena de multa, por se tratar de sanção de caráter penal, visto que faz parte do preceito secundário do tipo penal em estudo, o que não comporta relativização. 3. Recurso conhecido e não provido. (Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) 0004159-41.2018.8.27.2713, Rel. PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, GAB. DO DES. PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, julgado em 15/03/2022, DJe 30/03/2022 18:47:37)

Cito decisão de minha relatoria:

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO INCABÍVEL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA. CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE. ART. 62, IV, DO CP. EXASPERAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. REDIMENSIONAMENTO DA PENA DEVIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A sentença encontra-se devidamente fundamentada, havendo robustas provas, produzidas sob o crivo do contraditório, que confirmam que o réu/apelante realmente é o autor do fato delituoso em questão, razão pela qual a condenação penal é medida que se impõe. 2. Em nenhum momento da instrução foi ventilada a tese de que qualquer dos réus tenha executado ou participado do crime de furto em questão "mediante paga ou promessa de recompensa", mostrando-se, pois, absolutamente inidônea a exasperação da pena com base nesta circunstância agravante, que deve, portanto, ser decotada da segunda fase da dosimetria penalógica. 3. Recurso conhecido e parcialmente provido para, diante do afastamento da agravante do art. 62, IV, do Código Penal, redimensionar a pena privativa de liberdade imposta ao réu, que fica definitivamente estabelecida em 04 (quatro) anos de

reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, mantendo-se incólume a sentença de primeiro grau, nos seus demais termos, por seus próprios e jurídicos fundamentos. (Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) 5000825-03.2013.8.27.2740, Rel. ADOLFO AMARO MENDES, GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES, julgado em 08/06/2021, DJe 18/06/2021 09:02:51) Nesse contexto, tenho que constam dos autos provas suficientes da autoria para confirmar a sentença condenatória lançada pela Magistrada singular. Ante todo o exposto, voto no sentido de conhecer do apelo e, no mérito, NEGOU PROVIMENTO, para manter a sentença condenatória inalterada.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 555630v3 e do código CRC 17ec6ec8. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 12/7/2022, às 15:15:12

0012995-73.2018.8.27.2722

555630 .V3

Documento:555631

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0012995-73.2018.8.27.2722/TO

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: LUCAS LIMA OLIVEIRA (RÉU)
ADVOGADO: JOMAR PINHO DE RIBAMAR (OAB T0004432)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: FRANCINEI TEXEIRA DOS SANTOS (RÉU)

ADVOGADO: ESTELAMARIS POSTAL

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO INCABÍVEL MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. A sentença encontra-se devidamente fundamentada, havendo robustas provas, produzidas sob o crivo do contraditório, que confirmam que o réu/apelante realmente é o autor do fato delituoso em questão, razão pela qual a manutenção da condenação penal é medida que se impõe. 2. Recurso conhecido não provido. Sentença mantida.

ACÓRDÃO

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ADOLFO AMARO MENDES, a 5ª TURMA JULGADORA da 1ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins decidiu, por unanimidade, CONHECER do apelo e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, para manter a sentença condenatória inalterada, nos termos do voto do (a) Relator (a).

Votaram acompanhando o Relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS e a Juíza SILVANA MARIA PARFIENIUK (em substituição a Desemb. Ângela Maria Ribeiro Prudente).

A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. Procurador de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTI.

Palmas, 05 de julho de 2022.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 555631v5 e do código CRC a9792e14. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 21/7/2022, às 20:34:50

0012995-73.2018.8.27.2722

555631 .V5

Documento:555629

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0012995-73.2018.8.27.2722/T0

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: LUCAS LIMA OLIVEIRA (RÉU)
ADVOGADO: JOMAR PINHO DE RIBAMAR (OAB T0004432)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: FRANCINEI TEXEIRA DOS SANTOS (RÉU)
ADVOGADO: ESTELAMARIS POSTAL

RELATÓRIO

Com o fim de evitar tautologia, permito-me utilizar o proficiente relatório da Procuradoria de Justiça, in verbis:

“LUCAS LIMA OLIVEIRA interpôs APELAÇÃO CRIMINAL contra a sentença (ev. 185, autos originários), proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi/T0, na ação penal nº 0012995- 73.2018.827.2722, que o condenou à pena de 02 (dois) anos e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, em regime inicial aberto, pela prática do delito capitulado no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.

Em suas razões (ev. 28), o apelante requer a reforma da sentença, a fim de ser absolvido, ao argumento de ausência de provas suficientes para sua condenação, razão pela qual pleiteia a aplicação do princípio do in dubio pro reo.

O apelado apresentou contrarrazões (ev. 31), pugnando pelo não provimento da insurgência.”

Intimada a Procuradoria de Justiça pugnou pelo conhecimento e improvimento do apelo manejado.

É o necessário.

Encaminhem-se ao revisor, nos termos do artigo 38, inciso III, alínea a, do Regimento Interno desta Corte de Justiça.

Palmas, em data registrada no sistema.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 555629v2 e do código CRC 1b3d2ba9. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 10/6/2022, às 21:37:10

0012995-73, 2018. 8. 27. 2722

555629 .V2

Extrato de Ata

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 05/07/2022

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0012995-73.2018.8.27.2722/T0

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES
REVISOR: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
PRESIDENTE: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: LUCAS LIMA OLIVEIRA (RÉU)
 ADVOGADO: JOMAR PINHO DE RIBAMAR (OAB T0004432)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

Certifico que a 1ª CÂMARA CRIMINAL, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

SOB A PRESIDÊNCIA DO DESEMBARGADOR ADOLFO AMARO MENDES, A 5ª TURMA JULGADORA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO APELO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO, PARA MANTER A SENTENÇA CONDENATÓRIA INALTERADA.

RELATOR DO ACÓRDÃO: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES
Votante: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES
Votante: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Votante: Juíza SILVANA MARIA PARFENIUK

WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Secretário